

JORNAL DE BRASÍLIA

04 JAN 1990

Complica-se a crise

O comportamento da economia na segunda quinzena de dezembro e neste começo de ano deve evidenciar ao presidente Fernando Collor a inconsistência da crença de que a força da eleição direta, aquilo que ele denomina "choque de credibilidade", seria eficaz contra a inflação. Não o é, como assinalamos aqui antes mesmo do dia 17 de dezembro. A disparada da inflação, após eleito o novo Presidente, demonstra que isto não é bastante, talvez sequer seja relevante. O presidente Alfonsín, igualmente eleito por eleições livres e diretas, não conseguiu impedir a marcha da Argentina para o caos; o general Pinochet, que não teve um voto sequer, liquidou a inflação no Chile.

Cumpre desmitificar a eleição direta como fator de política econômica antes que uma grande frustração abata o País. As vantagens da eleição são outras, numerosas e importantes, sem dúvida, mas de modo algum relacionadas com a economia.

Destituída essa expectativa, a do choque de credibilidade, a equipe do futuro governo deveria cuidar logo de articular medidas práticas contra a inflação, às quais não podem ser tão gradualistas como preconiza a economista Zélia Cardoso de Mello. Inflação que dá salto de 12% ao mês não pode ser enfrentada com êxito, senão de forma traumática. Supor possa o País aguardar que ela caia no contexto de uma política de longo prazo, como a renegociação da dívida externa, o alongamento do perfil da dívida interna e a reforma administrativa, é uma perturbadora temeridade. Antes que tal programa comece a ser implementado, a hiperinflação terá feito o País desabar.

Essa inflação que está aí, com o vigor que vem adquirindo, terá que ser rever-

tida por uma terapia de choque — esta, sim, demandante de credibilidade. O presidente José Sarney, por exemplo, não poderá mais tentar choque algum, não por falta de votos, mas por ter demonstrado incapacidade para cumprir e fazer cumprir os programas que seu governo tentou executar. Um novo presidente, eleito ou não pelo voto direto, terá no primeiro momento a possibilidade de fazê-lo, mas a perderá em seguida se não for competente ou se for clientelista. Nutrimos a esperança de que o governo Collor, ao contrário, seja capaz de planejar e de decidir. Confiamos em que a assessoria do novo Presidente esteja atenta ao que se passa e trate de ouvir a quem tenha contribuição a dar. Agora mesmo, acha-se reunido um fórum de economistas de várias tendências, na tentativa de encontrar uma opinião média que possa ser oferecida ao futuro governo. É claro que se deve ouvi-los e extrair das suas conclusões as idéias que parecerem mais apropriadas à situação em que vivemos. Mas é preciso também se ter em conta o fato de que os economistas, quase todos, estão como profissionais vinculados a interesses específicos dentro da sociedade. Esses interesses tolhem a liberdade de opinião.

O futuro governo deve distanciar-se dos interesses específicos e, atento só ao interesse nacional, deve praticar as decisões que tenha de praticar, ciente, desde logo, do fato indiscutível de que não haverá tratamento indolor para esta vasta crise. E que o faça logo. Melhor ainda, que indique logo o rumo que tomará, para que o pânico cesse entre os agentes econômicos. Se ficar perdendo tempo com divagações em torno de táticas gradualistas e conservadoras, ele perderá a vantagem do primeiro momento e daí para a frente será o imponderável.